

# Diário do Legislativo de 10/12/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende

1º-Secretário: Elmo Braz

2º-Secretário: Ivo José

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves\*

4º-Secretário: Dilzon Melo

5º-Secretário: Maria Olívia

\* Afastado do exercício do mandato por investidura no cargo de Secretário de Estado

## LIDERANÇAS

Liderança do Governo

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio - José Braga - Sebastião Costa

Liderança da Maioria

Líder: Ajalmar Silva

Liderança da Minoria

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Liderança do Bloco Social Progressista (PPB, PSD e PSN)

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro - Miguel Martini

Liderança do Bloco da Maioria (PSDB, PTB e PL)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Roberto Amaral - Aílton Vilela - Elbe Brandão - Olinto Godinho

Liderança do Bloco Democrático Trabalhista (PMDB e PDT)

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Antônio Júlio - Geraldo da Costa Pereira

Liderança do Bloco Liberal (PFL e PPS)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Marco Régis - Rêmolo Aloise

Liderança do PTB

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

Liderança do PMDB

Líder: Anderson Adauto

Vice-Líderes: Antônio Andrade - Antônio Roberto

Liderança do PPB

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

Liderança do PSDB

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta - Elbe Brandão - Kemil Kumaira

Liderança do PT

Líder: Marcos Helênio

Vice-Líder: Gilmar Machado

Liderança do PDT

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Ivair Nogueira

Liderança do PFL

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líderes: Djalma Diniz - Jorge Hannas

Liderança do PSD

Líder: Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Miguel Barbosa

Liderança do PL

Líder: Ronaldo Vasconcellos

Liderança do PPS

Líder: Marco Régis

Liderança do PSN:

Líder: Miguel Martini

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS  
MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

(Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às  
9 horas)

Efetivos:

José PMDB Presidente  
Henrique

Glycon Terra PPB Vice-Presidente  
Pinto

Kemil PSDB  
Kumaira

José Militão PSDB

José Braga PDT

Suplentes:

Toninho PMDB  
Zeitune

Antônio PPB  
Genaro

Ajalmar PSDB  
Silva

Mauro Lobo PSDB

Ivair PDT  
Nogueira

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 11 horas)

Efetivos:

Hely Tarquínio PSDB Presidente

Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Ermano Batista PSDB

Sebastião Costa PFL

Antônio Genaro PPB

Gilmar PT  
Machado

João Batista de PDT  
Oliveira

Suplentes:

Arnaldo Penna PSDB

Anderson PMDB  
Adauto

Kemil Kumaira PSDB

Sebastião PFL  
Navarro Vieira

Glycon Terra PPB  
Pinto

Adelmo PT  
Carneiro Leão

José Braga PDT

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

(Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 9h30min)

##### Efetivos:

Geraldo Nascimento	PT	Presidente
José Militão	PSDB	Vice-Presidente
Ambrósio Pinto	PTB	
Antônio Andrade	PMDB	
João Leite	PSDB	

##### Suplentes:

Maria José Haueisen	PT	
Mauri Torres	PSDB	
Paulo Schettino	PTB	
Antônio Roberto	PMDB	
Ermano Batista	PSDB	

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min)

##### Efetivos:

João Leite	PSDB	Presidente
Ivair Nogueira	PDT	Vice-Presidente
Miguel Martini	PSN	
Durval Ângelo	PT	
João Batista de Oliveira	PDT	

##### Suplentes:

Hely Tarquínio	PSDB	
Ibrahim Jacob	PDT	
Roberto Amaral	PSDB	
Maria José Haueisen	PT	

Bené Guedes

PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min)

Efetivos:

José Maria Barros	PSDB	Presidente
José Henrique	PMDB	Vice-Presidente
Gilmar Machado	PT	
Sebastião Navarro Vieira	PFL	
Marco Régis	PPS	

Suplentes:

João Leite	PSDB	
Anderson Adatao	PMDB	
Adelmo Carneiro Leão	PT	
Wilson Pires	PFL	
Ambrósio Pinto	PTB	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

(Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 10 horas)

Efetivos:

Miguel Martini	PSN	Presidente
Mauri Torres	PSDB	
Roberto Amaral	PSDB	
Antônio Roberto	PMDB	
Sebastião Navarro Vieira	PFL	
José Braga	PDT	
Durval Ângelo	PT	

Suplentes:

Sebastião Helvécio	PPB	
Kemil Kumaira	PSDB	
Péricles Ferreira	PSDB	

Anderson Adatao	PMDB
Sebastião Costa	PFL
Alencar da Silveira Júnior	PDT
Gilmar Machado	PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min)

Efetivos:

Irani Barbosa	PSD	Presidente
Ronaldo Vasconcellos	PL	Vice-Presidente
Luiz Fernando Faria	PPB	
Antônio Roberto	PMDB	
Mauro Lobo	PSDB	

Suplentes:

Miguel Barbosa	PSD
Carlos Pimenta	PSDB
Gil Pereira	PPB
Jorge Eduardo de Oliveira	PMDB
Elbe Brandão	PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas)

Efetivos:

Paulo Piau	PFL	Presidente
Elbe Brandão	PSDB	Vice-Presidente
Roberto Amaral	PSDB	
Luiz Fernando Faria	PPB	
Maria José Haueisen	PT	

Suplentes:

Leonídio Bouças	PFL
Ailton Vilela	PSDB

José Maria Barros	PSDB
Alberto Pinto Coelho	PPB
Durval Ângelo	PT

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

(Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min)

Efetivos:

Dimas Rodrigues	PPB	Presidente
Bilac Pinto	PFL	Vice-Presidente
Arnaldo Penna	PSDB	
Ailton Vilela	PSDB	
Wilson Trópia	PFL	

Suplentes:

Luiz Fernando Faria	PPB
Djalma Diniz	PFL
Miguel Martini	PSN
Mauro Lobo	PSDB
Jorge Hannas	PFL

#### COMISSÃO DE SAÚDE

(Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min)

Efetivos:

Jorge Eduardo de Oliveira	PMDB	Presidente
Carlos Pimenta	PSDB	Vice-Presidente
Jorge Hannas	PFL	
Wilson Pires	PFL	
Adelmo Carneiro Leão	PT	

Suplentes:

Antônio Roberto	PMDB
Ronaldo Vasconcellos	PL
Leonídio Bouças	PFL

Hely Tarquínio PSDB

Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

(Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas)

Efetivos:

Olinto Godinho PTB Presidente

Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Wilson Trópia PFL

Bené Guedes PDT

Anivaldo Coelho PT

Suplentes:

Ambrósio Pinto PTB

Roberto Amaral PSDB

Wilson Pires PFL

Raul Lima Neto PDT

Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas)

Efetivos:

Álvaro Antônio PDT Presidente

Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Bilac Pinto PFL

Aílton Vilela PSDB

Paulo Schettino PTB

Suplentes:

Alencar da Silveira Júnior PDT

Anderson Adauto PMDB

Djalma Diniz PFL

Kemil Kumaira PSDB



COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas)

Efetivos:

Gil Pereira	PPB	Presidente
Paulo Piau	PFL	Vice-Presidente
Jorge Eduardo de Oliveira	PMDB	
Elbe Brandão	PSDB	
Raul Lima Neto	PDT	

Suplentes:

Dimas Rodrigues	PPB	
Bilac Pinto	PFL	
Antônio Andrade	PMDB	
José Maria Barros	PSDB	
João Batista de Oliveira	PDT	

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 72ª Reunião Especial

1.3 - 73ª Reunião Especial

1.4 - 31ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização

Financeira e Orçamentária

1.5 - 32ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização

Financeira e Orçamentária

1.6 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 5/12/97

Presidência do Deputado Ivo José

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ivo José - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Jorge Hannas - José Militão - Marco Régis - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Roberto Amaral - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada nesta edição.).

ATA DA 72ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 27/11/97

Presidência do Deputado Cleuber Carneiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Designação de Comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Cleuber Carneiro - Apresentação do Coral da Fundação Caio Martins - Palavras da Sra. Márcia de Sousa Almeida - Entrega de placa - Apresentação da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Elmo Braz - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Glycon Terra Pinto - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Tróia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Paulo Piau, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Wanderley Ávila, Miguel Martini e Adelmo Carneiro Leão para, em comissão, conduzirem ao Plenário as autoridades e demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa as Exmas. Sras. Márcia de Sousa Almeida, Presidente da Fundação Educacional Caio Martins; Alda Bambirra Lara, representando o Sr. Secretário da Educação, João Batista dos Mares Guia; os Exmos. Srs. Josefino Lopes Viana, Prefeito Municipal de Januária, que aqui representa os Prefeitos da área de atuação das escolas Caio Martins; Cel. Paulo Jaemicke, representando o Comandante-Geral da PMMG; Cel. Laurentino de Andrade Filocre, do Tribunal de Justiça Militar do Estado; Cap. José Norberto da Silva, representando o Gen. Carlos Patrício de Freitas, Comandante da 4ª Divisão de Exército; e a Exma. Sra. Elzita Gasparini Pimenta, representando os ex-Diretores das escolas Caio Martins.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o jubileu de ouro, os 50 anos de existência da Fundação Educacional Caio Martins.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, a ser executado pela Orquestra Sinfônica da Polícia Militar, sob a regência do Maestro Cap. José Ramos Moreira.

Palavras do Deputado Cleuber Carneiro

Exma. Sra. Presidente da Fundação Educacional Caio Martins D. Márcia Almeida; componentes da Mesa; Srs. Deputados; meus senhores, minhas senhoras, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que comemora com esta solenidade o cinquentenário da Fundação Educacional Caio Martins, vem, ao fazê-lo, não só formalizar o aplauso do povo mineiro à entidade altamente merecedora, como também ratificar o empenho do Poder Legislativo no Projeto de Construção da Cidadania.

Na verdade, outra não foi nossa motivação ao propor à Casa a homenagem: sempre acompanhamos com particular interesse as atividades dessa instituição que nos orgulha, porquanto investe na formação daqueles que irão constituir a nossa sociedade do futuro. É trabalho de construção da cidadania na mais legítima acepção do termo, já que a Fundação assiste, educa e encaminha nossos jovens, para torná-los cidadãos íntegros e participantes. O significado desta cerimônia, portanto, transcende a manifestação de júbilo, para complementar um dos mais caros programas do Palácio da Inconfidência.

Por trás de todo grande empreendimento, existe a personalidade inspiradora que o tornou possível. No caso da Fundação, temos a figura do Cel. Manoel José de Almeida, digno oficial da Polícia Militar de nosso Estado. Foi ele, naquele já distante ano de 1948, que resolveu dar destinação útil à então desativada Fazenda Santa Teresa, de propriedade da corporação e situada no Município de Esmeraldas. No local, com o concurso de um grupo de companheiros, sensibilizados todos com o problema social dos jovens carentes, fez instalar os primeiros 12 menores assistidos pela instituição. Era o marco inicial dessa obra que hoje se espalha pelo Estado e beneficia comunidades inteiras, em algumas das mais desassistidas regiões mineiras.

Cel. Almeida, "General de Três Marias", autor do projeto de lei que resultou na construção da grande hidrelétrica; Cel. Almeida, Deputado sertanejo, de boa cepa, que policiou a SUDENE, na defesa de Minas, quando a queriam como reserva de mercado exclusiva do Nordeste, incluindo, àquela época, 22.000km<sup>2</sup> da margem esquerda do São Francisco na sua área de atuação, onde está inserida Januária, sua terra natal; Cel. Almeida, Deputado atuante, que trabalhou intensamente na área da educação nacional, na área social ligada ao menor, sempre fiel às suas bases, origens e raízes; Cel. Almeida, educador emérito, fundador das Escolas Caio Martins - aqui, ele se supera -, hoje Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM -, que tanto nos orgulha e que homenageamos neste seu jubileu de ouro. Haveremos sempre, saudoso Cel. Almeida, de homenageá-lo pela profundidade social de sua obra, formadora de lideranças, integradora no seu pioneirismo e inovadora em sua inspiração.

Bem o sabemos, o início foi árduo. O núcleo pioneiro de Esmeraldas veio a transformar-se em modelar Centro Integrado, no qual estão matriculados cerca de 800 alunos. Temos ali currículos de ensino fundamental, cursos técnicos de nível médio, treinamentos profissionalizantes e projetos pedagógicos permanentes. Nesse contexto, as habilidades artesanais e técnicas, bem como a especialização na agropecuária, merecem atenção especial.

Além dessa unidade, que tanto serve à população da Grande Belo Horizonte, a Caio Martins, coerente com a política de se instalar em regiões de modesto nível sócio-econômico, administra, atualmente, centros de treinamento nas cidades de São Francisco e Januária, além dos núcleos de Buritizeiro, Carinhanha e Uruçuaia. Nos dois primeiros, cerca de 1.500 menores são assistidos, enquanto os demais atendem a aproximadamente 800 crianças e meninas. Em todos, o treinamento segue os métodos implantados no núcleo de Esmeraldas, com particular ênfase para o que diz respeito ao ensino profissionalizante.

Os estabelecimentos se regem por sistema de internato, semi-internato ou externato, sendo que, para a primeira modalidade, mantêm as chamadas "casas-lares", onde são acomodados os alunos. Situados predominantemente no meio rural, os núcleos são, em muitos casos, administrados como fazendas-escolas.

Só quem conhece a realidade sócio-econômica da parte setentrional de nosso Estado, como bem a conhece o Cel. Almeida, é que bem pode aquilatar os benefícios que para ela aporta a instituição que homenageamos. Com efeito, imagine-se aquela cidadezinha esquecida às margens de um dos grandes rios da região, onde a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência constituem as únicas atividades produtivas da população. Esta, assolada pelas endemias e pelas epidemias, registrando altos índices de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida, sem estruturas sanitária, educacional e de lazer, pouco ou nada pode reservar para suas crianças, em termos de futuro. Vem então a Caio Martins, recolhe esses jovens carentes, mas promissores, alimenta-os, trata-os, alfabetiza-os, profissionaliza-os e os encaminha para uma situação digna.

E a benesse não chega só para esses brasileiros esquecidos pela sorte, mas em boa hora lembrados pela instituição benemerita. Ao contrário, é toda a comunidade de que fazem parte que irá se beneficiar: seus familiares, para quem eles servirão de arrimo; seus vizinhos e amigos, que com eles irão assimilar as técnicas e métodos aprendidos na escola; e a população regional, atraída pelas novidades benfazejas que propagarão. É um ciclo completo, que se irradia da Fundação e vai influenciar seguramente gerações.

Pelas escolas e pelos centros da Caio Martins já passaram, até o presente, aproximadamente 45 mil jovens mineiros. Muitos deles ocupam posições de destaque nas comunidades em que vivem, prova de que os ensinamentos bem auferidos foram melhor utilizados. Aliás, vale aqui transcrever trecho do relatório de auditoria externa que, em 1988, analisou a viabilidade do órgão, por recomendação do Governo do Estado: "Sua filosofia de trabalho revela projeto de grande mérito e inteligência para solução de problemas que afligem a população rural mineira. As unidades, sempre sediadas no meio rural ou em fazendas-escola, atendem, em sua grande maioria, regiões carentes do Estado. Nelas, a criança e o adolescente aprendem a trabalhar, a gostar da terra e a encontrar motivação para a permanência no campo, atenuando o êxodo rural e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que vivem".

Acreditamos verdadeiramente que aí se sintetiza, de maneira absolutamente correta, o que tem sido e o que tem feito a organização que distinguimos nesses seus 50 anos de existência. Por isso mesmo, cremos que só nos resta fazer menção sincera àquele que deu nome à entidade e parabenizar de forma calorosa os que hoje a dirigem.

Caio Viana Martins, como se sabe, foi o bravo mineirinho que, no fulgor da juventude, retornando de uma excursão juntamente com seus companheiros de escotismo, sucumbiu ao infortúnio de grave acidente ferroviário. Ao ser socorrido pelos colegas, e mesmo com as pernas fraturadas, recomendou-lhes que cuidassem dos outros feridos e o deixassem, porque, usando suas palavras, "o escoteiro caminha com as próprias pernas".

Nosso jovem herói veio a falecer pouco depois do acidente, mas sua frase lapidar inspirou o Cel. Manoel José de Almeida, que a adotou como lema pedagógico da Fundação. Afinal, pensava com justeza o fundador, a tarefa que se lhe antepunha consistia, exatamente, em dar ao jovem os meios para que avançasse por sua própria conta.

Ao Coronel coube a fortuna de encontrar companheira à altura na pessoa de Dona Márcia de Souza Almeida, co-fundadora da instituição. Ela, que o acompanhou como esposa dedicada e colaboradora incansável, sucedeu-lhe na Presidência da entidade e continua com o trabalho meritório.

A Dona Márcia, nossa mensagem de congratulações, pela disposição, pela abnegação e pela coragem de continuar o trabalho e dar dimensão à obra que tão bem preside. Congratulações também, neste jubileu de ouro, aos demais dirigentes e aos colaboradores da Fundação, com cumprimentos cordiais que fazemos chegar por intermédio da Profa. Maria Terezinha, Diretora de Educação, e do Cel. Reinaldo Veriano, Diretor de Administração. Aqueles - como os vejo alegres nesta solenidade - que ombream com o Cel. Almeida a dura tarefa da travessia nos tempos difíceis, meu respeito, sintetizando no Cel. Laurentino Filocre e na Profa. Elzita Gasparini, testemunhas vivas, entre tantos, o reconhecimento pelo trabalho sério, leal e solidário. À Polícia Militar, digna Polícia de Tiradentes, inspiradora da obra meritória, nossas efusivas homenagens, na pessoa do seu Comandante-Geral, Cel. Antônio Carlos, caio-martiniano como eu, pela mais absoluta convicção. Ao aluno, razão maior da instituição, a quem cabe, acima de tudo, o dever e o direito de dedicar-lhe amor, o nosso carinho e apreço. Podemos todos nos orgulhar, pois esta obra tem cara mineira, jeito mineiro, sentimento solidário peculiar: simples, profundo e humano, como é o perfil de nossa gente.

É lapidar a frase que sintetiza o espírito do seu fundador, o legendário Cel. Almeida: "As Escolas Caio Martins não nasceram dos livros, surgiram da vida". Concordo com a assertiva e ousa acrescentar: esta obra tem a parceria de Deus. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a apresentação do Coral da Fundação Caio Martins, sob a regência do Maestro José Garcia de Jesus.

- Ouve-se a apresentação do Coral.

O Sr. Presidente - A Presidência cumprimenta o Coral da Fundação Caio Martins e rejubila-se e alegra-se muito em ouvir o hino da Caio Martins, cuja letra é de autoria do Cel. Saul Martins, que aqui se encontra presente (- Palmas.) - e é januarensense como o Cel. Manoel José de Almeida, fundador da instituição. Os nossos parabéns. A Presidência tem a honra e o prazer de passar a palavra à Sra. Márcia de Sousa Almeida, Presidente da Fundação Caio Martins.

#### Palavras da Sra. Márcia de Sousa Almeida

Sr. Presidente, Deputado Cleuber Carneiro, antes de pronunciar as palavras que preparei para este momento inesquecível, quero agradecer a V. Exa. a homenagem magna que a Assembléia Legislativa dedica à Caio Martins no seu jubileu de ouro. Deputado Cleuber Carneiro, representante de Januária nesta Casa, a terra amada de Manoel de Almeida. (- Palmas.). Deputado Cleuber Carneiro, a nossa gratidão pela oportunidade deste evento tão significativo para a nossa obra. Agradeço às autoridades que compõem a Mesa, aos Prefeitos do Norte de Minas que estão hoje conosco, aos amigos caio-martinianos, aos familiares, aos nossos filhos, aos meninos de Caio Martins, a todos os presentes, comemorando esta festa que nos enche de tanta alegria e é tão importante para a nossa vida.

Está aqui reunida a família caio-martiniana, nas comemorações do jubileu de ouro, para receber a mais expressiva homenagem, feita pela verdadeira casa do povo, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Honra-nos, sobremaneira, trazer a este recinto, onde se discutem os sérios problemas da sociedade, à procura de soluções justas e razoáveis, as nossas crianças e os nossos jovens para auscultarem a índole desenvolvimentista dos que aqui mourejam num trabalho de globalização e aperfeiçoamento, estruturas básicas para a evolução dos povos civilizados.

Sr. Presidente, as Escolas Caio Martins, hoje, Fundação Educacional Caio Martins, têm uma longa história a contar. Nasceram do ideal de jovens oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, preocupados com a formação do homem posto a serviço da ordem e da sociedade. Propunha-se a prática de atividades capazes de modificar o comportamento do militar, evitando-se a repressão e a prática de atos anti-sociais, substituindo-se, paulatinamente, o vigiar e o reprimir pelo educar e assistir. A tarefa não se resumiria ao simples esforço de prover alimentos e agasalhos a quem não desfrutava desses bens materiais. Tratava-se de tarefa difícil, a exigir, para a composição do programa global, respostas às necessidades do meio, uma dedicação afetiva e desprendimento dos que se apresentassem para empunhar a bandeira de redenção da criança de nosso Estado.

O pensamento de Dewey que se conforma com o princípio de que "educação não é preparação para a vida, mas educação é vida", encontra, desde os primeiros dias da Caio Martins, sua melhor concretização, pois ali se preparava o ambiente em que a criança poderia existir plenamente, segundo o conceito biopsíquico de desenvolver-se para a melhor vivência social, num ambiente em que tudo é educativo.

A filosofia do lar, onde a criança volta a ter aquilo que perdeu, foi o princípio básico para o trabalho incipiente. O antigo paiol da Fazenda Santa Teresa, da remonta da Polícia Militar, em Esmeraldas, desde o dia em que recebeu os primeiros 18 alunos, transformou-se em lar, com o casal - o pai e a mãe - praticando a verdadeira pedagogia do amor de D. Bosco - "Ama estas crianças, e elas farão o que quiseres".

Se falássemos sobre esta obra sem citar o nome de seu inspirador, estaríamos praticando um ato que seria censurado por nossos colaboradores e amigos. Manoel de Almeida, desde o primeiro momento da concepção da idéia de amparar a criança, foi o mestre iluminado que se fazia presente em todos os caminhos a serem trilhados. Passou pela Terra certo de que tinha missão importante a cumprir. Foi um predestinado, aceitando com coragem singular todas as dificuldades impostas para a soberania da obra. Ele acreditava numa luz brilhando no fundo de um túnel e se dirigia a ela com denodo e estoicismo, tornou-se educador moderno e atuante e realizou profunda revolução nos padrões da educação de base.

Admitindo que o homem é filho da criança, resultado direto do que foi nos primeiros anos de formação, do carinho e da atenção recebida, preocupou-se em atribuir à criança carente amparo integral, educando-a e, ao mesmo tempo, atendendo-a em todas as necessidades, evitando que viesse a se transformar em adulto que a sociedade, mais tarde, viria a reprimir, pela condição de marginal, de afastamento dos princípios basilares.

Compreendeu o significado profundo das palavras do escoteiro-herói Caio Vianna Martins, que recusou a padiola que lhe foi oferecida por ocasião do desastre na serra da Mantiqueira e, atento à necessidade de dar socorro aos escoteiros e lobinhos de sua tropa, exclamou: "O escoteiro caminha com as próprias pernas" - lema e base filosófica no caminho da evolução humanística do trabalho idealizado em favor da promoção da criança. Quero apresentar o nosso amigo Sr. Romero Machado, companheiro de Caio Martins no momento do desastre na serra da Mantiqueira. (- Palmas.)

Assim, Caio Martins veio a constituir instituição de profilaxia, não só de terapêutica social, mas uma escola aberta, sem grades, onde as crianças sobem nas árvores, nadam, convivem com amigos, numa verdadeira comunidade-escola.

Manoel de Almeida foi dedicado e eficaz nas três fases mais importantes de sua proveitosa vida: educador, militar, político.

Exerceu com dignidade, de soldado a Coronel da Polícia Militar, todos os cargos, desenvolvendo nova concepção de policial militar, atuando ativamente para a transformação do ensino, com a criação de disciplinas que vieram enriquecer o currículo dos oficiais do antigo Departamento de Instrução da Polícia Militar, como: Sociologia, Economia Política, Criminologia, Biotipologia, o Museu de Criminologia, a Escola de Música, a Orquestra Sinfônica e a rede dos Colégios Tiradentes, que tanto enriquecem o elenco dos grandes educandários do Estado. (- Palmas.)

Como político - Manoel de Almeida não foi um parlamentar de falar bonito, era o Deputado que ocupava a tribuna da Assembléia Legislativa ou da Câmara Federal para apresentar projetos executáveis, teses oportunas e sérias a serem defendidas e, quando participava de debates, procurava conduzi-los aos altiplanos da serena controvérsia, inspirada por uma legítima vocação democrática. Procurava não decepcionar o povo, principalmente aquele que o observava "paripassu" - o ribeirinho do São Francisco.

Foi autor do Projeto de Lei referido aqui pelo Deputado Cleuber Carneiro, do qual resultou a construção da Hidrelétrica de Três Marias, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, quando foi chamado o "General de Três Marias". (- Palmas.)

Outra luta, também referida pelo Deputado Cleuber Carneiro, ocorreu quando da apresentação do Projeto de Lei de nº 1.207/73, transformado na Lei nº 6.218, de 7/7/75, que incluiu 22.000km<sup>2</sup> de terras mineiras da margem esquerda do São Francisco, na área de operações de recursos fiscais da SUDENE (Januária, São Francisco, Manga, entre outros municípios).

Quando vejo agora a luta dos Deputados pela inclusão na base da SUDENE do vale do Jequitinhonha, rememoro como Manoel de Almeida sofreu para conquistar os Deputados do Nordeste do País.

Mas o Presidente Geisel, que o chamava de colega por ser também militar, disse que ia aprovar o projeto de Manoel de Almeida, porque ele era perfeito.

Autor do projeto de lei que criou o primeiro serviço social do menor, no Estado de Minas Gerais, relator da CPI sobre o menor, no Congresso Nacional, alertando o País para a gravidade do problema, entendeu, também, que a gênese da urbanização excessiva, da insegurança das grandes cidades, encontra-se no próprio meio rural, origem dos fluxos migratórios que se formam pelas adversas condições ali prevalecentes, conseqüência de uma estrutura fundiária arcaica e da inexistência da ajuda dos poderes públicos.

Imaginou-se, então, que, dirigindo-se ao homem do campo, treinando seus filhos, moças e rapazes, transformando-os em líderes rurais, disseminaria novos conceitos, mudanças de comportamento e hábitos, que incidiriam sobre a estrutura de valores e vida comunitária, nas práticas de trabalho no campo e, conseqüentemente, na geração de renda capaz de

desestimular a migração. Estar-se-ia gerando atrativos que determinassem a fixação do homem à terra, via educação de base. Assim, ele pôde organizar bandeiras, e, na boléia dos caminhões, os meninos - bandeirantes, cada um atuando em áreas de conhecimento específico, ou em equipes, numa verdadeira reedição de Fernão Dias Paes Leme, reviviam as entradas e bandeiras, criando os Núcleos dos Carinhanha, no Município de Montalvânia, na divisa de Minas com Bahia, hoje, Juvenília, município emancipado em 1976 - nós temos a honra de dizer que o primeiro Prefeito desse município é um ex-aluno - Uruçuia (Riachinho). Também temos a honra de ter o Prefeito de Riachinho aqui hoje - antes São Romão, Núcleos de Formação de Jovens Líderes Rurais de Januária, São Francisco, Buritizeiro e Conselheiro Mata, em Diamantina, já no vale do Jequitinhonha.

São seis unidades, incluindo-se Esmeraldas, a primeira "Caio Martins", refazendo vazios demográficos, modificando completamente o panorama humano dos sertões de nossa Minas Gerais. Ele deixou um rico exemplo que devemos avaliar e sobre o qual devemos refletir.

A obra de Manoel de Almeida não está concluída, porque milhões de crianças permanecem desamparadas e sem proteção, em expressão numérica e conseqüências sociais decorrentes que se acirram em níveis angustiantes.

As "Escolas Caio Martins", atualmente, possuem 34 casas-lares, para meninos e meninas, em regime de co-educação.

Em Esmeraldas, são atendidos 796 alunos, em 13 casas-lares, com o ensino fundamental, da 1ª à 8ª série, e, em nível médio, os cursos Técnico de Agropecuária e Magistério de 1º Grau, da 1ª à 4ª série.

No Núcleo de Buritizeiro, 113 alunos, com Ensino Fundamental da 1ª à 4ª série, em 3 casas-lares.

No Núcleo dos Carinhanha, em Juvenília, na divisa com a Bahia, são atendidos 162 alunos internos, 57 semi-internos, inclusive os oriundos da Bahia, em regime de co-educação, com 4 casas-lares e ensino fundamental, da 1ª à 8ª série.

No Centro de Treinamento de Jovens Líderes Rurais de São Francisco, há 8 casas-lares, 351 alunos internos, 425 externos e 19 semi-internos e ensino fundamental, da 1ª à 8ª série.

O Centro de Treinamento de Jovens Líderes Rurais de Januária conta 630 alunos, sendo 181 internos, oriundos do meio rural, 411 externos e 38 semi-internos, também em regime de co-educação, com 2 casas-lares e repúblicas.

No Núcleo de Uruçuia, Município de Riachinho, há 368 alunos, sendo 160 internos, 196 externos e 12 semi-internos, em 4 casas-lares; há ensino fundamental, da 1ª à 8ª série.

Em todas as Unidades de Educação, oferecem-se aos menores cursos de semiprofissionalização, nas áreas econômicas primária e secundária, num sério esforço de educação pelo e para o trabalho.

Hoje, Caio Martins tem sob sua responsabilidade 2.911 crianças e jovens.

Cerca de 45 mil crianças já passaram pelas Caios Martins nestes 50 anos de trabalho em prol do menor. São engenheiros, economistas, advogados, professores, padres, universitários, militares, um Ministro, em Brasília, técnicos de várias categorias, pedreiros, carpinteiros e marceneiros, alfaiates, bombeiros, eletricitistas, serralheiros, costureiras, bordadeiras, enfim, todos espalhados por este nosso Brasil e até no exterior, sendo úteis a si mesmos e à sociedade que os envolve.

Como já disse, sinto-me honrada e feliz por estar neste recinto, recebendo os louros nesta festa pelos 50 anos de nossa obra. Quero repartir estas homenagens com todos aqueles que lutam ao meu lado, pela integridade de nosso trabalho - ex-alunos, diretores, servidores, funcionários, professores, amigos das comunidades caiomartinianas. E o meu respeito à criança, esse pequenino ser tão relegado pela sociedade, que o chama, com rancor, de menino de rua.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de proceder à entrega de uma placa comemorativa deste evento à Sra. Márcia de Sousa Almeida. A placa tem a seguinte mensagem: "A Assembléia Legislativa expressa o seu reconhecimento à Fundação Educacional Caio Martins, que celebra seu jubileu de ouro engrandecendo sempre o ideal precursor liderado pelo Cel. Manoel José de Almeida, que tanto enalteceu o papel comunitário da Polícia Militar como honrou, como parlamentar, o Poder Legislativo de Minas Gerais e do Brasil. Que esta obra de bem, pioneira no apoio à infância e à família carentes, seja sempre um posto avançado do ensino e da educação, orientando e guiando o caminho das novas gerações.

- Procede-se à entrega da placa comemorativa.

A Sra. Márcia de Sousa Almeida - Passo às mãos do Deputado Cleuber Carneiro o diploma de benemérito da Fundação Caio Martins.

São 50 anos, mas me sinto feliz porque vejo que a nossa mocidade, os nossos alunos, os nossos representantes na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal têm sensibilidade para o problema do menor. Deixo, então, com o Deputado Cleuber Carneiro a responsabilidade de congregar os Deputados, principalmente os do Norte de Minas, para nos ajudar, ajudar aos caiomartinianos que ficaram aqui lutando, continuando a obra do Manoel de Almeida e a minha, porque o trabalho da mulher tem que ser respeitado, porquanto nós lutamos também junto aos nossos companheiros de trabalho para que a obra continue favorecendo a sociedade. Como disse, são mais de 45 mil crianças que passaram pela obra, 45 mil que não estão nas ruas de Belo Horizonte. Hoje, quando vemos o problema se agravar, sinto realmente que precisaríamos ter mais Caios Martins espalhados não só no vale do São Francisco, mas também no do Jequitinhonha, enfim, no Estado todo. É crucial ver uma criança sofrendo, não por ela, mas por um lar desajustado, um lar infeliz, um lar que tem uma mãe prostituta, que tem um pai alcoólatra, e a criança não tem outra opção, vai para as ruas. E a sociedade nem sempre é carinhosa para com aquela criança.

Então, Deputado, o senhor seja como o Manoel foi, o General de Três Marias. O senhor não é militar, mas seja o Deputado mesmo, o representante, o político sensível para com o problema da criança no Estado de Minas Gerais. (- Palmas.)

#### Apresentação da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a apresentação da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Ouve-se a apresentação da Orquestra Sinfônica da PMMG.

O Sr. Presidente - As grandes cidades brasileiras vivem hoje uma série de problemas que lhes são comuns, cada um deles tratado segundo suas peculiaridades, com maior ou menor grau de sucesso. Um desses problemas, contudo, vem adquirindo dimensão crescente em todos os centros urbanos de maior porte, constituindo-se num desafio não apenas para os órgãos governamentais, mas para toda a sociedade. Estamos nos referindo à situação dos menores de rua, contingente de centenas de crianças e adolescentes que crescem sem escola, sem família, sem assistência social, entregues à própria sorte, candidatos a chegar à vida adulta cercados de todos os ingredientes da marginalidade.

Pedindo esmolas ou exercendo alguma atividade informal, eles vão lutando pela sobrevivência e demarcando seu espaço na convivência com os demais estratos sociais. Ao mesmo tempo, porém, estão sujeitos a receber influências que os levem à prática de furtos, ao consumo de drogas e, paulatinamente, a delitos de maior gravidade.

Não são raros os casos em que, agindo por conta própria ou monitorados por adultos vinculados ao mundo do crime, acabam ingressando no tráfico ou cometendo assaltos a mão armada, numa caminhada de difícil retorno às normas de convívio social. De pedintes infantis que fazem ponto nos sinais de trânsito, eles podem transformar-se em pivetes que ameaçam motoristas com cacos de vidro ou em delinquentes que passam a frequentar o noticiário policial.

Mesmo que consigam ficar longe das infrações, dificilmente serão incorporados pelo mercado de trabalho, permanecendo sem perspectivas com relação a qualquer espécie de segurança e de assistência. Muitos perdem a vida precocemente, pela ação do frio, da fome, das doenças não cuidadas ou em decorrência de diversos tipos de violência, aí incluídos os atos extremos dos grupos de extermínio.

Levantamento divulgado recentemente pelo IBGE revela um dado extremamente preocupante: o índice de jovens brasileiros entre 15 e 17 anos que morrem como vítimas de homicídio aumentou de 7,8%, em 1980, para nada menos do que 25,3%, em 1990. Na faixa de 10 a 14 anos, a taxa subiu de 1,9% para 5,1% no mesmo período.

Não é preciso recorrer às estatísticas para saber que grande parte das crianças e adolescentes que sucumbem dessa forma pertencem ao grupo social a que estamos nos referindo: aquele que, jogado na rua, não tem proteção da família, do poder público nem da sociedade.

Estamos diante de uma questão pela qual somos todos responsáveis. A pobreza, o desamparo, a falta de oportunidade de frequentar regularmente uma escola e a carência de postos de trabalho resultam, em grande parte, dos desequilíbrios econômicos e sociais em que vivemos. E, com a persistência desses desequilíbrios, renovam-se os contingentes menos favorecidos, dos quais se originam os menores abandonados.

Nesse contexto, é relevante o papel exercido por instituições como a Fundação Caio Martins, que estamos hoje homenageando. Com suas unidades instaladas no meio rural, por onde já passaram mais de 45 mil alunos, em regiões carentes do Estado, ela atua na formação de crianças e adolescentes, preparando-os para a convivência social e para o mercado de trabalho, por meio de práticas e cursos profissionalizantes.

Que ela continue cumprindo seu papel assistencial, fundado no binômio educação e trabalho, dando exemplo de como se deve combater a pobreza e os desequilíbrios socioeconômicos.

Parabéns à Sinfônica da nossa Polícia Militar, que, com maestria, universaliza "New York, New York", uma homenagem à capital do mundo, universalizando também o nosso sentimento de gratidão e reconhecimento às escolas Caio Martins.

Agradeço a presença do Grupo de Escoteiros da Caio Martins, que aqui se faz presente; os Dragões da Inconfidência, que dão um brilho peculiar a esta solenidade; o coral da Fundação Caio Martins, que nos encantou a todos; e reitero à Orquestra Sinfônica da Polícia Militar o nosso agradecimento.

A Presidência manifesta seus agradecimentos à D. Márcia, Presidente da Fundação Caio Martins, Presidente das escolas Caio Martins, neste jubileu de ouro, continuadora da obra de seu esposo, o inesquecível Cel. Manoel José de Almeida.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 28, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 73ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 1º/12/97

#### Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Entrega do título de cidadania honorária - Palavras do Sr. François Moyen - Apresentação da Orquestra de Câmara Lobo de Mesquita - Palavras do Deputado Agostinho Patrús - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Dimas Rodrigues - Geraldo Santanna - Ivair Nogueira - Jorge Hannas - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### Atas

- O Deputado Ivair Nogueira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Péricles Ferreira e Mauri Torres para conduzirem ao Plenário o homenageado, as autoridades e os demais convidados, que se encontram no Salão Nobre.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Secretário da Casa Civil e Comunicação Social, representando o Governador do Estado, Eduardo Azeredo; François Moyen, o ilustre homenageado; Deputados Federais José Santana de Vasconcellos e Eliseu Resende; Paulino Cícero de Vasconcelos, Secretário Municipal de Administração de Belo Horizonte, e Stefan Salej, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião à entrega do título de cidadão honorário de Minas Gerais ao Dr. François Moyen, nos termos do Decreto nº 38.374, de 21/10/96.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convido os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

O Sr. Presidente - A Presidência passa a palavra ao Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que originou o Decreto nº 38.374, de 21/10/96, que concedeu o título de cidadão honorário de Minas Gerais ao Dr. François Moyen.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Exmos. Srs. Deputados Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Agostinho Patrús, Secretário da Casa Civil e Comunicação Social, nesta solenidade representando o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Dr. François Moyen, nosso ilustre homenageado; ilustres Deputados Federais José Santana de Vasconcellos e Eliseu Resende; Dr. Paulino Cícero de Vasconcelos, Secretário Municipal de Administração de Belo Horizonte; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; representantes da imprensa; Prefeitos; Vereadores; lideranças do Médio Piracicaba, da região de influência direta da Companhia Belgo-Mineira; minhas senhoras e meus senhores: o conceito de nacionalidade - caso seja analisado em bases realistas e não apenas com pragmatismo - fala mais de perto à identificação afetiva que à mera origem geográfica. Napoleão Bonaparte, a quem se credita considerável parcela da grandeza da França, não era filho da metrópole, tendo nascido na Ilha da Córsega. No entanto, esse homem genial veio a ser o mais francês entre os franceses, para não dizer que foi deles o primeiro. E isso porque ser nacional de um país, em sentido amplo, é exercer a cidadania através de trabalho e afeto direcionados ao rincão onde se vive, seja ele de nascença ou de adoção.

Vêm-nos essas considerações por aqui estarmos, hoje, em solenidade que muito nos gratifica, concedendo ao Dr. François Moyen o Diploma de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Nascido em Luxemburgo, nosso homenageado se encontra no Brasil há mais de quatro décadas, durante as quais tem exercido a cidadania de Minas Gerais como o mais autêntico e o mais devotado dos mineiros. Assim, a nosso requerimento e do ex-Presidente desta Casa, hoje Deputado Federal, José Santana de Vasconcellos, o título que ora lhe é concedido por esta Assembléia Legislativa, em nome do povo das Alterosas, vem ratificar como de direito uma situação que, há muito, era de fato.

Nascido em Dudelange, no Grão-Ducado luxemburguês, em 29/2/32, o Dr. François Moyen diplomou-se em Economia pela Universidade de Grenoble, na França. Terminados os estudos, ingressou no grupo ARBED, ao qual vem, desde então, prestando seu valioso concurso, agora na qualidade de Presidente do Conglomerado Belgo-Mineira.

Sua vinda para o Brasil deu-se no ano de 1956, quando ingressou na empresa líder do grupo. A carreira vitoriosa foi-se consolidando com passagens pelas Diretorias Financeiras da Samitri e, novamente, da Siderúrgica, de onde, em 1991, foi alçado à Presidência da holding. Hoje, às suas funções juntam-se aquelas de Presidente do Conselho de Administração da Belgo, Conselheiro de outras empresas interligadas, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e integrante do Conselho Superior do Centro das Indústrias da Cidade Industrial de Contagem.

Tão brilhante currículo faz pressupor atividade não menos profícua. É esse o caso de nosso homenageado, cujo esforço tenaz em prol do desenvolvimento de Minas e do Brasil tem-lhe valido reconhecimento dentro e fora de nossas fronteiras. Prova disso são as inúmeras comendas e condecorações que precedem esta que hoje lhe estamos outorgando: é ele Oficial da Ordem do Mérito Civil e Militar Adolfo de Nassau, de Luxemburgo, onde também detém o honroso título de Comandante da Ordem do Mérito do Grão-Ducado; foi agraciado com a Grande Medalha de Ouro da Inconfidência, e a terra mineira igualmente lhe concedeu a Medalha de Santos Dumont, em grau ouro; esta Casa já o

havia distinguido, anteriormente, com a Medalha do Mérito Legislativo; e a cada ano, por fim, repetem-se as manifestações de apreço das comunidades e dos setores para os quais contribui com seu dinamismo empresarial e com seu exemplo de cidadão.

Não será exagero afirmar que as 29 empresas que compõem o complexo Belgo-Mineira devem grande parte de sua atual e privilegiada posição ao Dr. François Moyen. Foi ele, ao longo desses quarenta anos de prática gerencial, pautada pela ética a mais elevada, quem muito batalhou para que a organização se firmasse como o 9º grupo empresarial privado brasileiro, em ordem de importância econômica.

O panorama espelhado pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, conjuntamente com suas 28 companheiras de grupo, é realmente impressionante. Atuando basicamente em três segmentos - mineração, siderurgia e trefilaria - as empresas lideram ou se destacam como das primeiras na produção nacional de laminados e arames de aço, cabos, parafusos e estruturas metálicas, sem mencionar a considerável atividade no campo da extração mineral. Sua gama de produtos vai mais além, ao fabricar componentes para a indústria automobilística, carvão vegetal e "pellets".

Em termos de volume, sua produção de aço bruto é de 2.400.000t anuais, enquanto os laminados chegam a 2.800.000t por ano. O faturamento anual é superior a US\$1.500.000.000,00 e o capital aberto do empreendimento está em mãos de nada menos que 11.800 acionistas.

Em nosso Estado, a Siderúrgica mantém estabelecimentos em João Monlevade e em Sabará. No Espírito Santo, dispõe da unidade de Cariacica e, através de participação, opera a Dedini Siderúrgica, em Piracicaba, no Estado de São Paulo. Aliás, em matéria de parceria, a Belgo tem ainda o que mostrar com a trefilaria que montou em associação com o grupo N. V. Bekaert: a nova empresa irá responder pela fabricação de trefilados para uso da indústria e da agropecuária, com capacidade de produção de 650.000t anuais.

Se o presente é positivo, o Grupo Belgo-Mineira demonstra que não pára no tempo, pois está-se preparando para, sob a batuta do nosso homenageado François Moyen, investir na realidade empresarial do ano 2000. Assim é que, para os próximos três anos, estão previstas inversões de US\$260.000.000,00 na Usina de Monlevade, cujos equipamentos de lingotamento contínuo produzirão 1.150.000t/ano. Outros investimentos consideráveis estão programados para as demais empresas, sempre com o propósito de ampliar e fortalecer essa liderança de que tanto se orgulha Minas Gerais.

Devemos, a esta altura, desculpar-nos se parece que nos desvirtuamos do objetivo primeiro desta reunião, que é homenagear a pessoa de François Moyen. Como, porém, a personalidade do homem impregna de modo positivo o empreendimento à frente do qual ele se encontra, não há como dissociar um do outro. Nesse momento, para nós, a Belgo é François Moyen, e François Moyen é a Belgo, fundindo-se os ímpares dotes do administrador com a vitoriosa trajetória da administrada.

François Moyen, aliás, dá continuidade àquela política implantada pelo precursor Louis Ensch, que neste ato está representado pelos ilustres familiares Mariel Coutinho, Isa e Elmo Alves Nogueira, cuja visão e arrojo viabilizaram a continuação do empreendimento formidável, ao acreditar no Brasil e apostar no nosso potencial. Na verdade, podemos dizer que a afinidade entre os dois não termina com o fato de serem europeus de nascimento: é ela ratificada com aquela confiança que o pioneiro reservou à nossa terra e em que seu legítimo continuador persevera.

Um aspecto simpático na vida de nosso homenageado é ser pai de três filhos brasileiros, Luc, Yves e Sylvie, nascidos em Belo Horizonte. E não bastasse mais esse vínculo afetivo, foi em Minas Gerais que sua amável esposa, Dona Marie Thérèse Moyen - que saúdo respeitosamente desta tribuna - desenvolveu bela carreira como artista plástica. Em outras palavras, entre nós a sensibilidade da talentosa Marité se revelou em obras magistrais que, de certo modo, expressam sua ligação com a terra mineira.

Parabéns, Grupo Belgo-Mineira, por contar, entre seus colaboradores, com um mineiro de boa cepa como é o Dr. François Moyen! Parabéns, Minas Gerais, por esse momento em que se oficializa a mineiridade de um de seus mais ilustres filhos! E queira aceitar, Dr. Moyen, a homenagem sincera que a Assembléia Legislativa lhe tributa em nome de seus conterrâneos! Muito obrigado.

## Entrega do Título de Cidadania Honorária

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de proceder à entrega ao Dr. François Moyen do título de cidadão honorário de Minas Gerais, passando-lhe às mãos este diploma, com o seguinte teor: (- Lê:)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em cumprimento do Decreto nº 38.374, de 22 de outubro de 1996, entrega ao Dr. François Moyen o título de cidadão honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira. Belo Horizonte, 1º de dezembro de 1997."

- Procede-se à entrega do diploma ao homenageado.

### Palavras do Sr. François Moyen

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. François Moyen, agraciado com o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

O Sr. François Moyen - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús, Secretário da Casa Civil e Comunicação Social, representando o Sr. Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, amigo de longa data; Exmo. Sr. Deputado Federal Eliseu Resende, ex-colega da diretoria do Grupo; Exmo. Sr. Dr. Paulino Cícero de Vasconcelos, Secretário Municipal de Administração de Belo Horizonte; Exmo. Dr. Stefan Salej, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Srs. Deputados; Sr. Prefeito de João Monlevade; senhoras e senhores, amigos e colegas da Belgo-Mineira, por generosidade dos Srs. Deputados, quis esta Casa Legislativa que a cada ano, nos últimos três anos, eu tivesse a grande satisfação de aqui estar em sessão solene.

Em maio de 1995, ocorreu a homenagem à memória de Louis Ensck, ex-Diretor-Geral da Belgo-Mineira, por ocasião do centenário de seu nascimento. No ano passado, as comemorações dos 75 anos de fundação de nossa empresa ganharam maior amplitude e especial significação com o reconhecimento e as honras do Poder Legislativo de Minas Gerais.

Agora, volto, emocionado e envaidecido, para ser homenageado pessoalmente por esta Casa e, por extensão, pelo povo mineiro, com uma distinção que, não tenho dúvida, constitui a maior honraria a mim conferida em 42 anos de vida no Brasil: o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Esta comenda, senhoras e senhores, representa para mim e para minha família um momento de profunda relevância de nossa vida nesta terra montanhosa. Ela oficializa o sentimento do mais terno afeto que desenvolvemos por Minas Gerais e por seus habitantes nas últimas quatro décadas. E não poderia ter sido diferente. A generosa acolhida que tivemos aqui ao chegarmos nos meados da década de 50 fez com que a intenção inicial de voltarmos para a Europa logo fosse mudada. Foi em Minas, portanto, que vivi 2/3 de minha caminhada. Aqui, vi nascer e criei meus filhos. Recebi o carinho dos amigos. Integrei-me à terra e a sua gente. Ganhei uma segunda pátria. Adquiri o espírito de mineiridade. Luxemburguês de nascimento, aprendi a ser mineiro. E esse aprendizado não se restringe ao sotaque carregado nos erres, tão peculiar aos conterrâneos do Sul do Estado, mas se aplica a muitos outros traços do caráter mineiro. Confesso que não foi difícil aprendê-los. Mineiros e luxemburgueses guardam muitas semelhanças. São povos das montanhas que cultivam a discrição, a moderação e a sobriedade. Nutrem uma inusitada preocupação com a solidéz. Detestam a especulação vazia, a imaginação delirante. Têm horror à divagação. São conservadores sem serem retrógrados, prudentes sem serem reacionários. Cultivam a perseverança mas não demonstram agressividade.

Diz o mestre Alceu Amoroso Lima que o mineiro é discreto e econômico até nos modos. Não desperdiça gestos. Aliás, não desperdiça nada! Os luxemburgueses também não fogem a essa regra.

Sr. Governador Eduardo Azeredo, a minha história de vida profissional no Brasil está intimamente ligada à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, empreendimento que é parte viva da história de Minas. Acreditando nas potencialidades do Estado, os pioneiros da década de 20 lançaram aqui uma semente fértil, que deu bons frutos e se multiplicou no tempo e no espaço.

Hoje, a Belgo-Mineira e suas empresas associadas estão definitivamente incorporadas ao panorama de Minas, seja na produção de bens e riquezas, seja na identificação histórica, social e cultural, cristalizada em mais de 75 anos de trabalho e recíproca confiança.

Essa confiança é que nos autoriza a renovar o compromisso do Grupo Belgo-Mineira com o presente e o futuro de Minas e do Brasil. Realizando a crença que animou os pioneiros e os seus sucessores, vislumbramos novos tempos de progresso e desenvolvimento. Embora o mundo esteja atravessando momentos de incertezas e sobressaltos, acreditamos na força multiplicadora do trabalho, na capacidade criadora e nos imensos recursos humanos e naturais deste País como instrumentos capazes de assegurar ao Brasil condições de retomada do crescimento econômico, que conduz à prosperidade e à harmonia social.

Nessa jornada, nós, do Grupo Belgo-Mineira, continuaremos caminhando lado a lado com Minas e com o Brasil.

Esse entrelaçamento de nossas empresas com as coisas de Minas Gerais é que certamente inspirou o Deputado Alberto Pinto Coelho a indicar meu nome para receber esta honraria. Quero, por isso, repartir com os meus companheiros de trabalho a honra e a alegria proporcionadas por este título.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Deputado Alberto Pinto Coelho, esta data ficará gravada, para sempre, como um dos mais gratos momentos por mim vividos. Manifesto ao Deputado Alberto Pinto Coelho minha sincera gratidão pela iniciativa, nascida - sem dúvida - dos nobres sentimentos que o caracterizaram como cidadão, administrador e político. A trajetória de V. Exa. na vida empresarial e política de Minas é um exemplo de capacidade, visão e dedicação à causa pública. Sua contribuição ao desenvolvimento das telecomunicações em nosso Estado se compara em dimensão e brilho ao eficiente trabalho que V. Exa. desempenha no plenário e nas comissões desta Casa Legislativa.

Ao lado dos meus agradecimentos pela concessão deste título, presto-lhe uma significativa homenagem por sua permanente atuação em favor dos interesses de Minas e dos mineiros.

Tomo a liberdade de fazer um breve registro. Se hoje estou aqui feliz e profundamente gratificado, devo este momento em boa parte a minha mulher, Tereza Moyen, que sempre me apoiou. A ela, a minha gratidão. (- Aplausos.)

Agradeço, igualmente, a todos os que me prestigiaram com suas presenças, que muito me honram e me sensibilizam.

Sr. Governador, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Secretário Agostinho Patrús, Srs. Deputados, senhoras e senhores, tenho muito orgulho de ser cidadão honorário de Minas Gerais. Muito obrigado.

### Apresentação da Orquestra de Câmara Lobo de Mesquita

O Sr. Presidente - Ouviremos, agora, a apresentação da Orquestra de Câmara Lobo de Mesquita, sob a regência do Maestro Márcio Miranda, que interpretará as músicas "Serenata", de Alberto Nepomuceno, "Súite Fantasia", de Alvaro Mattos Vieira, e "Canção da América", de Milton Nascimento.

- Ouve-se a apresentação da orquestra.



## Palavras do Deputado Agostinho Patrús

O Sr. Presidente - A Presidência concede a palavra ao Exmo. Sr. Dr. Agostinho Patrús, que está representando nesta solenidade o Exmo. Sr. Governador do Estado, Eduardo Azeredo.

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz; prezado mais jovem mineiro, François Moyen; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; Deputado Federal Eliseu Resende, ex-Ministro; Secretário Municipal de Administração, Deputado Paulino Cícero; prezado amigo Presidente da Federação das Indústrias, Stefan Salej; Srs. Deputados, demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores, incumbiu-me o Sr. Governador, por estar em viagem a duas cidades no interior do Estado, mas desejo de estar aqui, incumbiu-me, repito, de representá-lo. Recebi esta incumbência mais como um presente, porque estar aqui nesta homenagem a esse mineiro autêntico, esse homem que, muito antes desta homenagem, já se mostrava um mineiro autêntico, um mineiro que nas suas atividades do dia-a-dia, seja começando sua carreira na Belgo-Mineira, seja galgando passo a passo até atingir a Presidência, vem prestando ao nosso Estado um grande serviço que toda comunidade reconhece.

Nós é que nos sentimos emocionados, prezado amigo François Moyen, por termos você como conterrâneo. Nós é que sentimos que este título é absolutamente merecido, quando, pela emoção com que se dirige a sua querida senhora Tereza Moyen, você dá uma demonstração mais do que cabal de que já está imbuido desse espírito de Minas Gerais, o espírito da emoção, do carinho, da fraternidade, do reconhecimento, especialmente com alguém que o acompanha há tantos anos.

Nós é que nos sentimos homenageados e emocionados nesta noite, François Moyen, porque não só a família Belgo-Mineira está aqui sendo homenageada, não só a família Belgo-Mineira e todos os seus amigos estão aqui para lhe dizer que Minas Gerais ganha um grande mineiro. Nós queremos lhe dizer, François Moyen, que Minas Gerais, por intermédio dos seus representantes legítimos, os Deputados Estaduais, e do Executivo Mineiro, do Governador Eduardo Azeredo, ao conceder-lhe hoje esse importante diploma, reconhece o que você sempre representou para nós: um mineiro autêntico.

As Minas Gerais o recebem e configuram, por meio desse diploma, o que nós, mineiros, todos aqui representados - Legislativo e Executivo -, sentimos pelo trabalho que você vem desenvolvendo em prol do nosso Estado.

Parabéns, família belgo-mineira! Parabéns, Minas Gerais! Parabéns, principalmente a você, François Moyen, e a toda a sua família.

Todos nós hoje estamos muito felizes, principalmente por sabermos que você, como bom mineiro, sente também as mesmas emoções que nós em momentos como este. Muito obrigado.

## Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Dr. Agostinho Patrús, Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, que neste ato representa S. Exa. o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. François Moyen, nosso homenageado; Exmo. Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; Exmo. Sr. Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Stefan Salej; Exmo. Sr. Deputado Federal e ex-Ministro Eliseu Resende; Exmo. Sr. Paulino Cícero, Secretário Municipal de Administração, que neste ato representa S. Exa. o Prefeito Célio de Castro; Srs. Deputados, senhoras e senhores, já se disse muitas vezes que Minas é uma síntese do Brasil. Essa percepção, ou sentimento, pode ter-se originado de circunstâncias diversas, vinculadas a nossa situação geográfica e a nossa história. Por aqui passaram as bandeiras, em busca de riquezas e de novas frentes de desenvolvimento, levando a aventura da colonização do litoral para os grandes interiores do país-continente; aqui se descobriram veios econômicos capazes de atrair espíritos empreendedores, desde os tempos do Ciclo do Ouro até os dias atuais; aqui brotaram, com a Inconfidência, as primeiras sementes da liberdade, que se espalharam pelos quatro cantos da nação emergente; aqui se cruzam os caminhos que unem o Norte ao Sul, o Oeste ao Leste, transportando gente, sonhos e progresso.

Da conjunção desses fatores moldou-se o Estado que construiu uma economia forte e diversificada, mas que ainda luta para eliminar suas disparidades regionais; que persegue continuamente os ideais do alferes Tiradentes, transformados hoje na consolidação dos princípios democráticos e na prática da cidadania; que procura colocar os recursos econômicos e as estruturas político-administrativas a serviço da correção das desigualdades e do bem-estar coletivo.

Minas reproduz, de certa forma, as contradições e os desequilíbrios que caracterizam o processo de desenvolvimento brasileiro, no qual a franca prosperidade de algumas regiões se contrapõe à pobreza de outras; no qual os benefícios do progresso ainda não atingem de maneira equânime todas as camadas da população. Mas reproduz também, com intenso vigor, as esperanças e potencialidades deste País imensamente rico em recursos naturais e humanos.

Nesse contexto, formou-se o jeito mineiro de ser. A gente da montanha, um tanto introspectiva e avessa à jactância, trabalha sem fazer alarde. Cultiva os costumes e a boa convivência. Recebe de braços abertos aqueles que aqui queiram se estabelecer. Prefere o entendimento ao confronto. Procura as soluções compartilhadas, decorrentes do bom-senso e do diálogo. Mas, se for preciso, ela se transforma. Defende com unhas e dentes seus direitos e princípios, principalmente aqueles ligados ao livre exercício das idéias e das oportunidades.

Em resumo, o povo de Minas é ordeiro e trabalhador, amigo e hospitaleiro. E tem um arraigado sentimento de justiça. Sabe também valorizar o intercâmbio com outros Estados e outros países, seja ele de ordem cultural ou econômica. Abre-se ao País e ao mundo com generosidade.

Esses traços da personalidade mineira, não raras vezes, são reconhecidos e incorporados por cidadãos vindos de cantos diversos, que, aos poucos, vão se identificando com nossos costumes e nossos valores e, mineiramente, acabam transferindo para cá seus projetos e fincando aqui suas raízes.

Foi o que aconteceu com o nosso homenageado de hoje, Dr. François Moyen, Presidente do Grupo Belgo-Mineira e uma das mais destacadas personalidades da siderurgia brasileira na atualidade. Natural de Luxemburgo e graduado academicamente na França, veio ele para Minas há 42 anos, e, durante todo esse período, trabalhou nas empresas do conglomerado, até chegar ao posto máximo, que merecidamente ocupa.

Não teria aqui permanecido tanto tempo se não se tivesse afeiçoado à gente mineira e acreditado no potencial do nosso Estado. Sua atuação em cargos de comando da Belgo não pode ser desconhecida e dissociada de seu compromisso com o desenvolvimento de Minas. Essa relação pode ser depreendida não apenas dos resultados empresariais, que se revertem em inegáveis benefícios para a nossa economia, como também da preocupação com as comunidades onde o Grupo está presente.

Tal inserção na vida dos municípios se revela, primeiramente, na criação de milhares de empregos, diretos e indiretos, e se complementa com obras de infra-estrutura urbana, em parceria com as Prefeituras Municipais, e projetos diversos ligados à saúde, à educação e à cultura.

Pela participação destacada que tem nesse trabalho e por seu envolvimento com esta terra, o Dr. François Moyen, há muito tempo, já podia ser considerado um autêntico cidadão de Minas Gerais. O que a Assembléia Legislativa faz, nesta solenidade, é apenas oficializar esse reconhecimento, desejando que ele permaneça conosco, honrando-nos com sua competência e sua amizade, por muitos e muitos anos. (- Palmas.)

## Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência manifesta seus agradecimentos ao homenageado, às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 2/12/97, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 2/12/97.). Levanta-se a reunião.

Às dez horas do dia dezoito de novembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Dilton Melo, Cleuber Carneiro, Francisco Ramalho e Ivo José, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, José Braga, Antônio Roberto e Durval Ângelo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e Ermano Batista, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, declara abertos os trabalhos, após o que é a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar processos de prestação de contas da aplicação de recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílios para despesas de capital e transferências a municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.428 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Ermano Batista, Corregedor, Dilton Melo, relator da Mesa, e José Braga, relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, os quais, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação 24 Junho Comunidade Pimenta, Associação Brasileira Jornalistas Escritores Turismo, Associação Comun. Aristides Ramos Balmant, Associação Comun. Bairro São Pedro Venda Nova, Associação Comun. Brejo, Associação Comun. Desenv. São Brás, Associação Comun. Distrito Pereirinhas, Associação Comun. Moradores Bairro Maristela Figueiredo, Associação Comun. Nossa Sra. d'Abadia Romaria, Associação Comun. Nossa Sra. Rosa Mística, Associação Comun. Nova Vida - Divinópolis, Associação Desenv. Assist. Social Educ. Desportivo para Minas, Associação Esportiva Estrela Ouro, Associação Esportiva Saudade, Associação Famílias Unidas Cariri, Associação Feminina Assistência Social, Associação Filhas São Vicente Paulo, Associação Mantenedora Guarda-Mirim Montes Claros, Associação Mineira Gerenciamento Organização Social, Associação Mineira Paraplégicos, Associação Moradores Amigos Santos Prates, Associação Movimentos Populares Capinópolis, Associação Pais Amigos Excepcionais - Lagoa Santa, Associação Pais Amigos Excepcionais - Monte Alegre Minas, Associação Pequenos Produtores Rurais Areião, Associação Px Cidadão Governador Valadares, Associação Recreativa Santanense Futebol Clube, Caixa Assist. Beneficência Grande Oriente Minas Gerais, Caixa Escolar Cornélia Regina, Caixa Escolar José Leão Vieira Neto, Caixa Escolar Lavapes, Caixa Escolar São José Pedro Leopoldo, Campanha Agasalho Eudóxia Marra, Casa Amizade Sras. Rotarianos Capitão Enéias, Centro Assist. Técnica, Conselho Desenv. Comun. Distrito Antunes, Conselho Particular Nossa Sra. Dores SSV, Creche Comun. Sonho Criança, Faculdades Unidas Norte Minas, Grêmio Recreativo Pantanal, Grupo Assist. Social Comunitária, Grupo Teatro Faos, Hospital Fraternidade Pescador, Movimento Familiar Cristão - Equipe Central Arq. B. Horizonte, Obra Unida Santa Luiza Marilac Pouso Alegre SSV, Obras Sociais Grupo Espírito Obreiros Paz, Prefeitura Municipal Dolores Indaia, Prefeitura Municipal Minduri, Prefeitura Municipal Novo Cruzeiro, Prefeitura Municipal Raul Soares, Prefeitura Municipal Santa Maria Suaçuí, Prefeitura Municipal São João Lagoa, Prefeitura Municipal São João Oriente, Prefeitura Municipal São Roque Minas, Sindicato Trabalhadores Rurais - Águas Formosas, Sociedade Filantrópica Presidente Juscelino Kubitschek, Sport Club Cajuru. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de novembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Dilton Melo - Cleuber Carneiro - Elmo Braz - Ivo José - Miguel Martini - José Braga - Antônio Roberto - Durval Ângelo - Ermano Batista.

#### ATA DA 32ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Dilton Melo, Cleuber Carneiro, Elmo Braz e Ivo José, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, José Braga, Antônio Roberto e Durval Ângelo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e Ermano Batista, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, declara abertos os trabalhos, após o que é a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar processos de prestação de contas da aplicação de recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílios para despesas de capital e transferências a municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.428 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Ermano Batista, Corregedor, Dilton Melo, relator da Mesa, e José Braga, relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, os quais, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Ação Social São Pedro, América Futebol Clube - Três Corações, Apoio Social Cristão, Associação Comun. Ação Social Educacional Médio Piracicaba, Associação Comun. Amigos para Pitanga, Associação Comun. Bairro Nova Esperança, Associação Comun. Benef. Padre Arlindo, Associação Comun. Distrito Pereirinhas, Associação Comun. Moradores Cataua, Associação Comun. Moradores Padre Fialho, Associação Comun. Rural São Miguel Morrinhos, Associação Desenv. Social Conselheiro Lafaiete, Associação Dona Marilene Pinto Mattos, Associação Moradores Bairro Lagoa Pau, Associação Moradores Bairros Antônio Justino Riguet, Associação Moradores Comunidade São Bento, Associação Pais Amigos Excepcionais - Coronel Fabriciano, Associação Pires Santos - Núcleo Educação Especial, Caixa Escolar Dulcinea Gomes Torres, Caixa Escolar Escola Municipal Quilombo Palmares, Caixa Escolar Municipal Hilda Rabello Matta, Caixa Escolar Professor Vicente Lopes Perez, Casa Apoio Criança Carente Contagem, Casa Memória Vale São Francisco, Comitê Técnico Apoio Comunitário, Comunidade Jesus, Conselho Central Santos Dumont SSV, Conselho Comun. Fruta Leite, Conselho Desenv. Comun. Sem Peixe, Conselho Desenv. Comun. Tocantins, Creche Comun. Vila Piratininga, Creche Criança Esperança, Creche Lar Crianças São Vicente Paulo, Fundação Arte Coral Paulo VI, Grupo Estudos Ação Comunitária, Grupo Unidos São João Batista, Liga Acesitana Desportos, Palmeirense Futebol Clube, Passa Tempo Futebol Clube, Prefeitura Municipal Caparaó, Prefeitura Municipal Conceição Mato Dentro, Prefeitura Municipal Dolores Guanhães, Prefeitura Municipal Espinosa, Prefeitura Municipal Guiricema, Prefeitura Municipal Itueta, Prefeitura Municipal Luz, Prefeitura Municipal Martins Soares, Prefeitura Municipal Prudente Moraes, Prefeitura Municipal Senhora Porto, Prefeitura Municipal Tarumirim, Prefeitura Municipal Varzelândia. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 2 de dezembro de 1997.

Cleuber Carneiro, Presidente - Geraldo Rezende - Francisco Ramalho - Elmo Braz - Maria Olívia - Miguel Barbosa - José Braga - Roberto Amaral - Durval Ângelo - Ermano Batista.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Ronaldo Vasconcellos, Antônio Roberto e Luiz Fernando Faria, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir, em audiência pública, o uso da energia solar no Estado. Em seguida, faz a leitura de ofício da Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga - ASPARPI -, enviando cópia de requerimento entregue à FEAM, relativo ao Projeto UHE Pilar; e do Ofício nº 614/97, da Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte - AMBEL -, solicitando o apoio da Comissão ao sobrestamento do Projeto de Lei nº 1.320/97, que tramita nesta Casa. O Presidente informa que o Sr. Paulo Severino Resende, Presidente da EMATER - MG, convidado a participar da reunião, justificou sua ausência. A seguir, no uso de suas atribuições, avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.293/97, do Governador do Estado, que disciplina as atividades desenvolvidas em áreas de risco. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Encontram-se em poder da Mesa requerimentos do Deputado Ivo José, em que solicita audiência pública para apresentação e debate do Projeto Biodiversidade, População e Economia, realizado pela UFMG, pelo CEDEPLAR, ECMVS e PADCT - CIAMB; e do Deputado Marco Régis, em que solicita reunião conjunta desta Comissão e das Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e de Saúde, para discutir a aplicação indiscriminada de agrotóxicos no Estado. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. Em seguida, o Presidente coloca em discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.346/97, que é aprovado. A Presidência informa que foram convidados a participar da reunião representantes dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Ciência e Tecnologia, Grupo Setorial das Indústrias de Aquecimento Solar - Ventilação e Aquecimento - ABRAVA -, AMDA, EMATER-MG, Câmara Municipal de Belo Horizonte, SINDUSCON, Green Solar UFMG, CEMIG e Rede de Intercâmbio de Energias Alternativas. Com a palavra, o Deputado Ronaldo Vasconcellos, autor do requerimento que motivou os convites, faz suas colocações iniciais e, a pedido do Deputado Irani Barbosa, assume a Presidência. A seguir, usam da palavra o Sr. Jaime Antônio Burgoa, Gerente do Departamento de Comercialização e Gerência de Demanda da CEMIG; os Srs. José Carlos Figueiredo Ayres e José Gregório de Figueiredo Rosa e a Sra. Antônio Sônia Diniz, engenheiros da CEMIG; a Sra. Júlia Maria Garcia Rocha, pesquisadora da equipe do Green Solar; os Srs. Lúcio César Mesquita, Vice-Coordenador do Grupo Setorial das Indústrias de Aquecimento Solar - Ventilação e Aquecimento - ABRAVA -; Rodrigo Cunha Trindade, Diretor da Agência Energia; Amaurício Gomes Lúcio, representante da TUMA Industrial; Jorge Luiz Oliveira de Almeida, Vice-Presidente da Área Imobiliária do SINDUSCON; e a Sra. Tânia Marinho Gomida, Superintendente de Ciência e Tecnologia e representante do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário de Ciência e Tecnologia, para falar sobre o que vem sendo realizado em Minas na área da energia solar. Após as exposições dos convidados, abre-se amplo debate, com a participação dos Deputados e dos demais convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1997.

Ronaldo Vasconcellos, Presidente - Mauro Lobo - Dinis Pinheiro.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e seis de novembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Ibrahim Jacob e Sebastião Navarro Vieira (substituindo este ao Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as proposições constantes na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Bruno Lombardi, Procurador-Chefe da Defensoria Pública do Estado, encaminhando cópia de pronunciamento do Tribunal de Justiça do Estado, favorável ao Projeto de Lei nº 1.392/97, que dispõe sobre o número de Defensores Públicos no Estado. Esgotada a matéria da 1ª Parte da reunião, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Encontra-se em poder da Mesa requerimento do Deputado Arnaldo Penna, em que solicita a retirada da pauta da reunião dos Projetos de Lei nºs 1.202 e 1.137/97. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Presidente registra a presença do Deputado Leonídio Bouças, a quem passa a direção dos trabalhos. Após discussão e votação, são aprovados pareceres pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/97 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Arnaldo Penna); e pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.373/97 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Andrade), e 1.394/97 (relator: Deputado Ajalmar Silva). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Arnaldo Penna, solicitando seja apreciado em reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária o Projeto de Lei Complementar nº 24/97. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1997.

Leonídio Bouças, Presidente - Ajalmar Silva - Arnaldo Penna - Antônio Andrade - Marcos Helênio - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira.

#### ATA DA 93ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de novembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Roberto Amaral, José Braga, Ajalmar Silva, Antônio Júlio e Marcos Helênio (substituindo os três últimos, respectivamente, aos Deputados Mauri Torres, Antônio Roberto e Marcos Helênio, por indicação das Lideranças do PSDB, do PMDB e do PT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento da seguinte correspondência: dos Srs. Daniel Domingues, Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social, e Roberto de Melo Pinheiro, Presidente da Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte - AMBEL. A seguir, informa que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 1502/97, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1996, vai até o dia 4 de dezembro. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia. O Deputado Roberto Amaral apresenta requerimento em que solicita a retirada da pauta do Projeto de Lei nº 1.233/97, do Deputado Ivair Nogueira, nos termos do art. 120, XI, do Regimento Interno. Posto em votação, é o requerimento aprovado. Logo após, o Deputado Roberto Amaral, relator do Projeto de Lei nº 1.363/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. A seguir, o Deputado Antônio Júlio, relator do Projeto de Lei nº 1.297/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Durval Ângelo e cessa a substituição do Deputado Marcos Helênio. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo, relator do Projeto de Lei nº 1.333/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Com a palavra, o Deputado José Braga, relator do Projeto de Lei nº 1.425/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 18. Na fase de discussão, o Deputado Marcos Helênio, substituindo o Deputado Durval Ângelo, solicita vista da matéria, e o seu pedido é deferido pelo Presidente. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. O Presidente informa que, na reunião anterior, o Deputado Roberto Amaral apresentou requerimento solicitando a retirada da pauta do Requerimento nº 2.238/97, do Deputado Luiz Fernando Faria, que recebeu do relator, Deputado Mauri Torres, parecer pela aprovação. Posta em votação, é rejeitada a proposição. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Roberto Amaral apresenta requerimento em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Administração Pública com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 24/97, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Posto em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Mauri Torres - Antônio Júlio - José Braga - Durval Ângelo.

#### ATA DA 75ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, José Militão, Ambrósio Pinto e João Leite, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado João Leite que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a ouvir os representantes do PROCON de Belo Horizonte, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais e da empresa Multicanal de Belo Horizonte, que prestarão esclarecimentos sobre os novos pacotes lançados, o aumento dos preços e a qualidade dos serviços prestados em 1996 e 1997. A Presidência informa aos Deputados e aos demais participantes que serão ouvidos na reunião os Srs. Antônio Baracat, representante do Sr. Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON de Belo Horizonte; Eponina Mata Machado, representante da Sra. Lúcia Pacifico Homem, Presidente do Conselho Diretor do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; Luiz Antônio Alves, Célio Ballona Júnior, Cláudia Loures e Adir Hannouche, Diretor-Geral, Gerente Comercial e de Marketing, Gerente de Atendimento e Gerente Técnico da Multicanal de Belo Horizonte, respectivamente. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da Reunião, a Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado João Leite procede à leitura de requerimento do Deputado Marco Régis, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais, de Saúde, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Defesa do Consumidor, com a participação de representantes de entidades públicas e privadas, para discutir sobre a aplicação indiscriminada de agrotóxicos no Estado. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Deputado José Militão, para que explique o objetivo da reunião, e, logo após, os convidados usam da palavra para fazer suas exposições. Abrem-se debates entre os Deputados e os convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente tece as últimas considerações e agradece os convidados pela participação e pelos valiosos subsídios trazidos à Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, destinada a ouvir os representantes do PROCON estadual, da Federação Democrática dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais e do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis - IPEAD -, os quais prestarão esclarecimentos sobre o impacto das medidas do "pacotão" lançado pelo Governo Federal, que interferem diretamente no cotidiano do consumidor, que se realizará no dia 4 de dezembro, às 9h30min, na Sala das Comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade.

#### ATA DA 15ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às quinze horas do dia dois de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Gilmar Machado, João Batista de Oliveira e Arnaldo Penna (substituindo este ao Deputado Ermano Batista, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara abertos os trabalhos, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Nos termos regimentais, a Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições e designa seus respectivos relatores: Projetos de Lei nºs 1.492, 1.498, 1.506 a 1.508, 1.510 a 1.512, 1.529, 1.530 e 1.541/97 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.493, 1.496, 1.497, 1.516, 1.519, 1.536 a 1.538, 1.540 e 1.542/97 (relator: Deputado Antônio Genaro); 1.494 e 1.525/97 (relator: Deputado Ermano Batista, 1.500, 1.501, 1.503 a 1.505, 1.520, 1.523, 1.526, 1.528, 1.531, 1.534 e 1.535/97 (relator: Deputado João Batista de Oliveira); 1.509, 1.513, 1.515, 1.521, 1.524, 1.527 e 1.543/97 (relator: Deputado Gilmar Machado); e 1.514, 1.517, 1.522 e 1.532/97 (relator: Deputado Sebastião Costa). A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado João Batista de Oliveira retira-se do recinto, e registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres mediante os quais os relatores concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.447/97 (relator: Deputado Gilmar Machado); 1.465 e 1.512/97, este com a Emenda nº 1 (relator: redistribuído ao Deputado Antônio Júlio); e 1.469/97 (relator: redistribuído ao Deputado Sebastião Costa); e os pareceres mediante os quais os relatores concluem pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.443/97 (relator: Deputado Sebastião Costa); e 1.449/97 (relator: Deputado Arnaldo Penna). O Projeto de Lei Complementar nº 24/97 e os Projetos de Lei nºs 1.403, 1.423 e 1.462/97 tiveram sua discussão adiada, em

virtude de pedidos de vista deferidos pela Presidência. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres mediante os quais os relatores concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.076/97 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 1.471, 1.474, 1.475, 1.483, 1.486, 1.487, 1.489, 1.491 e 1.498/97 (relator: Deputado Antônio Júlio); e 1.481, 1.482, 1.488, 1496 e 1.497/97 (relator: Deputado Sebastião Costa). Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 1.443 e 1.449/97 ao Plenário, para inclusão dos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Gilmar Machado.

#### ATA DA 25ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de assuntos municipais e regionalização

Às vinte horas do dia dois de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem no auditório da Câmara de Diretores Lojistas de Betim os Deputados José Henrique e José Braga, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Ivair Nogueira. Havendo número regimental, nos termos do § 3º do art. 125 do Regimento Interno, o Presidente, Deputado José Henrique, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a debater, com o Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador, a Lei nº 12.040, de 28/12/95, Lei Robin Hood, que estabeleceu novos critérios de distribuição do ICMS. Informa, ainda, que foram convidados a participar da reunião os 24 Prefeitos e Presidentes de Câmaras dos municípios da Grande Belo Horizonte. A seguir, o Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. José Henrique Santos Portugal; Luiz Fernando Mendes, Secretário Municipal da Fazenda de Betim e representante do Prefeito Municipal Jésus Lima; Fábio Zeferino, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Betim, e Flávio Alves Gomes, Presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Betim. O Presidente registra a presença dos Srs. Carlaile Pedrosa, Secretário Adjunto de Esportes; Dalmo Vieira Lerroy, Prefeito Municipal de Esmeraldas; Antônio Carlos de Resende, Prefeito Municipal de São Joaquim de Bicas; Divino Lourenço e Marcos Antônio da Paz, Vereadores à Câmara Municipal de Betim, e Fernovedes Claret, Presidente da ACLABE. Após suas considerações iniciais sobre o encontro, o Presidente passa a palavra ao Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que motivou a reunião. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Sr. José Henrique Santos Portugal, para que proceda à sua explanação sobre a Lei Robin Hood. Dando seqüência aos trabalhos, o Presidente concede a palavra aos presentes para que façam seus questionamentos. Fazem uso da palavra a Sra. Terezinha dos Santos, servidora estadual aposentada; e os Srs. Mauro Moreira, assessor da Câmara Municipal de Betim, Antônio Carlos de Resende, Luiz Fernando Mendes, Dalmo Vieira Lerroy e Carlaile Pedrosa. Segue-se amplo debate, em especial, entre os Srs. José Henrique Santos Portugal e Luiz Fernando Mendes. Finalizando o encontro, o Presidente concede a palavra ao Sr. José Henrique Santos Portugal, que agradece o convite da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece ao Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Betim pela calorosa recepção e aos convidados, aos componentes da Mesa e à platéia pela presença, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1997.

José Henrique, Presidente - José Braga - Dimas Rodrigues.

#### ATA DA 94ª REUNIÃO Extraordinária da comissão DE fiscalização financeira e orçamentária

Às quinze horas do dia três de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Mauri Torres, José Braga, Durval Ângelo e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Antônio Roberto, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Júlio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar, no 1º turno, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.425/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências. A Presidência esclarece que continua em discussão o parecer do relator, Deputado José Braga, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 18, e que foi concedida vista da matéria ao Deputado Marcos Helênio. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, com voto contrário do Deputado Durval Ângelo. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia. O Deputado Mauri Torres apresenta dois requerimentos, em que solicita sejam apreciados, em reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Administração Pública, os Projetos de Lei nºs 1.544 e 1.546/97, do Governador do Estado. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados com voto contrário do Deputado Durval Ângelo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - José Braga - Sebastião Navarro Vieira - Durval Ângelo - Roberto Amaral - Antônio Roberto.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48/97

Às nove horas e dez minutos do dia cinco de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Alberto Pinto Coelho, Irani Barbosa, Marcos Helênio (substituindo este ao Deputado Gilmar Machado, por indicação da Liderança do PT) e Roberto Amaral (substituindo o Deputado Ailton Vilela, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e informa que a finalidade desta é eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Marcos Helênio para atuar como escrutinador. Feita a apuração, o escrutinador anuncia o resultado e proclama eleitos os Deputados Alberto Pinto Coelho e Ailton Vilela, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir, o Deputado Álvaro Antônio declara empossado no cargo de Presidente o Deputado Alberto Pinto Coelho e passa-lhe a direção dos trabalhos. O Presidente eleito, por sua vez, comunica que a posse do Vice-Presidente ocorrerá oportunamente e designa como relator da matéria o Deputado Irani Barbosa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de logo mais, às 10 horas, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator para o 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 1997.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Roberto Amaral - Álvaro Antônio - Marcos Helênio - Irani Barbosa.

#### MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 224ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 9/12/97

Foi aprovada a seguinte matéria:

Em turno único, Projeto de Lei nº 1.452/97, do Governador do Estado, com as Emendas nºs 1 a 5 e 11 a 19.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 332ª reunião ordinária, em 10/12/97

1ª Fase - Expediente

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase - Grande Expediente

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 2.350/97, do Deputado Marcos Helênio, solicitando sejam pedidas informações ao Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a punição de cartórios extrajudiciais, em decorrência do descumprimento de lei que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.361/97, da Comissão de Administração Pública, pedindo sejam solicitadas informações ao Secretário da Educação sobre a demissão das Diretoras das escolas estaduais que menciona, localizadas no Município de Conceição das Alagoas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.371/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário do Trabalho sobre o Programa Estadual de Trabalho Educativo, que está sendo implementado pela Secretaria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 672/96, da Deputada Maria José Hauelsen, que revoga dispositivos da Lei nº 12.053, de 5/1/96, e dá outras providências (reajustamento do valor das aposentadorias pagas a ex-Governadores). Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 da Resolução nº 5.065, de 1990.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.360/97, do Deputado Elmo Braz, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.373, de 12/5/65, que estabelece normas pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública e dá outras providências. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 da Resolução nº 5.065, de 1990.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.452/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicáveis e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.482, que assegura ao consumidor o pleno atendimento nos serviços médico-hospitalares prestados pelas empresas que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.483, que dispõe sobre a valorização da língua portuguesa no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio e outros, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado (restrição a cinco do número de proposições populares em cada sessão legislativa). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição Estadual (promove a adequação da Constituição do Estado à Constituição Federal no tocante à exploração dos serviços locais de gás canalizado). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de sua propriedade ao Município de Miradouro. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que deixou de emitir parecer em virtude da retirada da emenda, a requerimento do autor.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.317/97, do Deputado Arnaldo Penna, que altera dispositivo da Lei nº 12.428, de 27/12/96, que trata da distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro e outros, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado (prevê a aprovação, pela Assembléia, da alienação ou concessão de terra pública rural quando a área exceder a 100ha e limita a 100ha a concessão ou alienação de terra pública para assentamento de produtor rural). A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.150/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que dá nova redação ao art. 36 da Lei nº 12.427, de 27/12/96, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de 1º e 2º graus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.478/97, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências (assegura o pagamento

da Gratificação de Incentivo à Eficientização aos servidores da Fundação HEMOMINAS e da FHEMIG). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.459, de 13/1/97, que dispõe sobre o prosseguimento da percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão por servidor afastado nas condições que menciona (deixa de considerar interrupção do exercício o afastamento do servidor público efetivo ocupante de cargo em comissão para se candidatar a cargo eletivo). A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.518/97, da Mesa da Assembléia, que extingue cargos e funções gratificadas da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/97, do Governador do Estado, que acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 5.301, de 16/10/69 (convocação de praças da PMMG da reserva remunerada para o serviço ativo, em caráter temporário, para o cumprimento de funções determinadas pelo Comandante-Geral da corporação). A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 478/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre o livre acesso da sociedade aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa Social perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 623/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que institui gratificação por trabalho noturno para servidor do Quadro do Magistério (institui gratificação por trabalho noturno para professores e servidores do ensino fundamental e médio do Quadro do Magistério que exerçam atividades específicas do magistério, nas unidades estaduais de ensino, em jornada noturna de trabalho). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos de água e lagos do domínio estadual e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 913/96, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matipó. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.212/97, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina o afastamento remunerado de servidores públicos candidatos a cargos eletivos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.285/97, do Deputado Geraldo Rezende, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se incluir a matéria Língua Espanhola nos currículos do ensino fundamental nas escolas estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua rejeição.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/97, do Deputado Anderson Adatauto, que autoriza o Poder Executivo a realizar perícias solicitadas pelo Poder Judiciário, para pessoas de parcos recursos financeiros, por meio da Secretaria da Saúde e do DER - MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.425/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 18, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.237/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que inclui conteúdos relacionados com o tema "Direitos Humanos" nos currículos escolares. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.363/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Augusto Duarte Castanheira e outros. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 11/12/97

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 10/12/97

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.299/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 10/12/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.425/97, do Deputado Álvaro Antônio.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 11/12/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Convidados: Srs. Alcino Lázaro da Silva, Professor Titular de Cirurgia-Geral da Faculdade de Medicina da UFMG, e Ajaques Ferreira Pinto, que prestarão esclarecimentos sobre projeto de fundação que desenvolverá atividades clínico-cirúrgicas de ensino e pesquisa voltadas para a comunidade.**

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

225ª Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 10/12/97, com a finalidade de se ouvir pronunciamento do Secretário da Fazenda e se apreciarem os Projetos de Lei nºs 1.452/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicáveis e dá outras providências; 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de sua propriedade ao Município de Miradouro; 1.317/97, do Deputado Arnaldo Penna, que altera dispositivo da Lei nº 12.428, de 27/12/96, que trata da distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios; 1.478/97, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; 1.137/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.459, de 13/1/97, que dispõe sobre a continuidade de percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão por servidor afastado nas condições que menciona; 478/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre o livre acesso da sociedade aos estabelecimentos policiais e carcerários; 623/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que institui gratificação por trabalho noturno para servidor do Quadro do Magistério; 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências; 913/96, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matipó; 1.150/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que dá nova redação ao art. 36 da Lei nº 12.427, de 27/12/96, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo grau; 1.425/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências; 1.237/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que inclui conteúdos relacionados com o tema Direitos Humanos nos currículos escolares, e 1.363/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Augusto Duarte Castanheira e outros; do Projeto de Resolução nº 1.518/97, da Mesa da Assembléia, que extingue cargos e funções gratificadas da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; do Projeto de Lei Complementar nº 23/97, do Governador do Estado, que acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 5.301, de 16/10/69; dos Vetos às Proposições de Lei nº 13.482, que assegura ao consumidor o pleno atendimento nos serviços médico-hospitalares prestados pelas empresas que especifica, e 13.483, que dispõe sobre a valorização da língua portuguesa no Estado, e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado; 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera os arts. 62 e 247 da Constituição do Estado, e 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de dezembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

Edital de Convocação

76ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 10/12/97, destinada a homenagear a Faculdade de Direito Milton Campos pelo transcurso do seu 25º aniversário de fundação.

Palácio da Inconfidência, 9 de dezembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ailton Vilela, Irani Barbosa, Gilmar Machado e Álvaro Antônio, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 10/12/97, às 11h30min e às 17h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauri Torres, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/12/97, às 16h30min, na Sala das Comissões, destinada a discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Batista de Oliveira e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/97, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem moradores da Comunidade Nossa Senhora da Vila Boa União e do Bairro Vila Boa União e representantes de entidades públicas e civis, que prestarão esclarecimentos sobre a desapropriação daquela vila pela COHAB-MG, e de se apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauri Torres, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/97, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Genaro, Gilmar Machado e João Batista de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; José Maria Barros, José Henrique, Gilmar Machado, Marco Régis e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Miguel Martini, Mauri Torres, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Sebastião Navarro Vieira, José Braga e Durval Ângelo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada em 11/12/97, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.499/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal e a quitação de crédito tributário inscrito em dívida ativa por empresas interessadas em incentivar projetos culturais, por meio de apoio financeiro, no Estado.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Mauro Lobo, Luiz Fernando Faria e Antônio Roberto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.089 e 1.293/97 e o Requerimento nº 2.342/97.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

**Irani Barbosa, Presidente.**

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.446/97



Relatório

De autoria do Deputado Ivo José, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Lar das Meninas Jesus de Nazaré, com sede no Município de Timóteo.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, conforme preceituam os dispositivos regimentais.

Fundamentação

A entidade mencionada vem prestando importantes serviços que objetivam acolher, proteger e educar a menina e a adolescente necessitada, com idade de até 18 anos.

Assim, oferece-lhes assistência médica e apoio psicológico e, para as meninas entre 14 e 18 anos, ministra cursos e atividades profissionalizantes visando a possibilitar-lhes o acesso ao mercado de trabalho.

Em razão de seu valioso trabalho, julgamos ser ela merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/97 na forma proposta.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Wilson Trópia, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.451/97

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.451/97, do Deputado Ivair Nogueira, visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Conjunto Granja Verde - ACCGV -, com sede no Município de Betim.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva no 1º turno, na forma regimental.

Fundamentação

A referida entidade vem prestando importantes serviços de natureza coletiva, uma vez que tem como principal objetivo promover a união e a participação das pessoas nos trabalhos de interesse social. Para isso, procura levantar a discussão dos problemas enfrentados pela comunidade, desenvolvendo soluções e, ao mesmo tempo, divulgando suas atividades.

Fica demonstrado, pois, que ela é merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.451/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.458/97

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Federação das Associações Comunitárias de São Gonçalo do Rio Preto, com sede no Município de São Gonçalo do Rio Preto.

Em cumprimento a disposição regimental, a Comissão de Constituição e Justiça procedeu ao exame preliminar da matéria, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta.

Cumpra este órgão colegiado, agora, deliberar sobre a proposição, atendo-se ao mérito.

Fundamentação

Instituída em 1990 sob a forma de sociedade civil de direito privado, a referida Federação tem por finalidades precípuas promover o desenvolvimento comunitário por meio da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por empréstimos a instituições financeiras, e coordenar os recursos da coletividade visando à promoção humana, mediante atividades econômicas, culturais, desportivas e assistenciais.

Depreende-se, portanto, a oportunidade de se homenagear a entidade, concedendo-lhe o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.458/97 no 1º turno, tal como apresentado.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Bené Guedes, relator.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.554/97

Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Helvécio, a proposição em tela aprova convênio celebrado entre o Município de Chácara e o Município de Juiz de Fora para modificação de limite territorial.

Publicado em 3/12/97, o projeto vem a esta Comissão para receber parecer, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

A Constituição da República, no "caput" do seu art. 18, consagra o princípio da autonomia dos entes federados, entre os quais inclui os municípios.

Nesse passo, a Carta mineira, no § 1º do seu art. 165, assim dispõe:

"Art. 165 - .....

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.".

Na mesma linha de pensamento, a Constituição Estadual estabelece, no seu art. 62, XXVI, que compete privativamente à Assembléia Legislativa aprovar convênio intermunicipal para modificação de limites.

A referida competência, portanto, expressa-se por meio de projeto de resolução, que, segundo o art. 194 do Regimento Interno, destina-se a regular matéria de competência privativa da Assembléia Legislativa.

O termo do convênio firmado entre os municípios citados, devidamente assinado pelos respectivos Prefeitos e com todas as páginas rubricadas, integra o processo originado pela proposição em análise.

Diante do exposto, cumpridas as exigências constitucionais e regimentais que norteiam a matéria, não vislumbramos óbice de natureza jurídica à tramitação do projeto nesta Casa Legislativa.

#### Conclusão

Pelas razões argüidas, opinamos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Resolução nº 1.554/97 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Gilmar Machado, relator - João Batista de Oliveira - Mauri Torres - Sebastião Costa - Antônio Júlio.

### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.343/97

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Wilson Trópia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Núcleo Espiritualista Osho - NEO -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi aprovada no 1º turno, sem modificação, e agora compete a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela no 2º turno, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

Reafirmamos o nosso entendimento de que é justa e oportuna a iniciativa de se outorgar ao Núcleo Espiritualista Osho o título declaratório de utilidade pública, em face dos relevantes serviços por ele prestados em prol da população carente da Capital mineira.

Com efeito, a entidade tem por objetivo, consagrado no seu estatuto, promover a educação do ser humano, de acordo com a visão holística, bem como prestar assistência social aos necessitados.

#### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.343/97 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

Bené Guedes, relator.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.466/97

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

##### Relatório

De iniciativa do Deputado Mauri Torres, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Ação Social e Educacional do Médio Piracicaba - ACASMEP -, com sede no Município de João Monlevade.

O projeto foi aprovado no 1º turno, na forma apresentada, e, agora, compete a esta Comissão sobre ele deliberar conclusivamente no 2º turno, conforme dispõe o Regimento Interno.

##### Fundamentação

A ACASMEP é uma entidade sem fins lucrativos que promove a melhoria das condições de vida da comunidade do Médio Piracicaba, seja apontando e encaminhando soluções para as pendências nas áreas de educação e saúde, seja realizando eventos esportivos e de lazer em geral.

Em virtude desse relevante trabalho, renovamos o apoio para que essa Associação seja agraciada com o título declaratório de utilidade pública.

##### Conclusão

À vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.466/97 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1997.

**Bené Guedes, relator.**

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 133/97 - Objeto: formulário contínuo, fitas para impressoras, cartuchos de tinta e estojos para disquetes. Licitantes vencedoras: Indústria Gráfica Jandaia Ltda. (subitem 1.1), SPP Nemo S.A. Comercial Exportadora (subitem 1.3) e Copiadora Brasileira Material de Engenharia Comércio e Importação Ltda. (subitens 1.2 e 1.4). Desclassificada: Encapa Comércio de Papéis Ltda. (subitem 1.2).

##### TERMOS DE CONTRATO

##### Termo de Aditamento

Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Conveniada: Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Objeto: veiculação de programa contendo atividades do Poder Legislativo. Objeto deste termo aditivo: 1ª prorrogação. Vigência: de 3/12/97 a 3/12/98. Valor do convênio: sem ônus.

##### Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Preview Produções Ltda. Objeto: assessoramento e supervisão dos serviços de produção e direção de programa sobre as atividades do Legislativo. Objeto deste termo aditivo: alteração do objeto contratual. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir de 3/12/97.

##### Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Revetour Ltda. Objeto: fornecimento de passagens. Objeto deste termo aditivo: prorrogação contratual. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 16/12/97 a 16/6/98.

##### Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais. Objeto: locação de imóvel. Licitação: dispensável (art. 24, X, da Lei nº 8.666, de 1993). Vigência: 1 ano a partir de 1º/12/97. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

##### EXTRATOS DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de Subvenção Social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 01780/97 Valor: R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal Santa Vitória - Santa Vitória

